CINrHYA SILVA NEUMANN, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, empresária, residente e domiciliada nesta cidade na Avenida Geremáno Dantas, 1137 bloco 3 - Apto 506 Pechincha Rio de Janelro/RJ, CEP: 22760-400, portadora da carteira de identidade no 20299085-9 — DETRAN /RJ, insctita no CPF/MF sob o no 096.550.067-51, titular da Empresa Individual de Responsabilidade limitada denominada ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI,

inscrita no CNPJ sob o no 16,599.555/0001-31, com atos constitutivos arquivados na JUCERJA sob o no 3360091339-0, por de despacho de 03/10/20219 e posterior alteração,

RESOLVE na melhor forma do direito, alterar o seu Conüato social mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade resolver alterar o seu Contrato Social, modificando a CLÁUSULA QUINTA que passa a tef a seguinte redação:

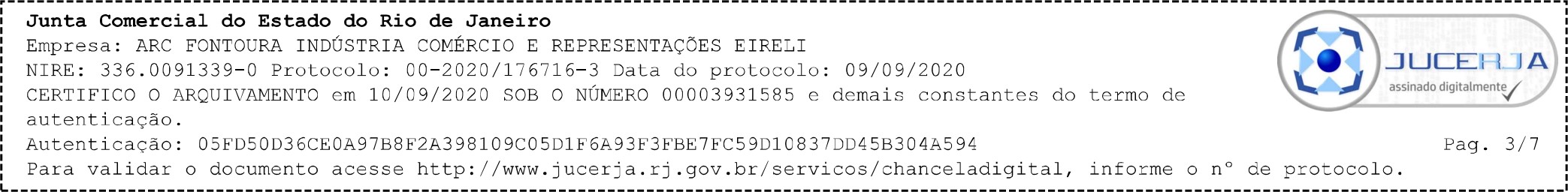
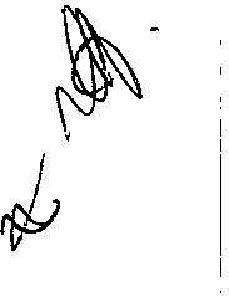
"CLÁUSULA QUINTA — A administração da sociedade s" exercida por administrador não sócio, especialmente contratado, nos tetmos do art. 1.012 Código Civilx ao qual compete representá-la ativa e passivamente em juízo ou fora dele, dingir os negócios sociais, podendo, abrir contas bancá.tias e gerir, assinar contratos, cheques, duplicatas. e quaisquer documentos de valor, praticar qualquer ato que obrigue a Sociedade, bem como constituir em nome da mesma, procurador ou procuradores para o exercício de atividades de gestão ou pata fins específicos, contratar advogados, inclusive com a cláusula ad-judicia.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O admini\_strador não sóao designado pelo voto da sócia titular, por prazo indeterminado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O adlifrlistrador não sócio, poderá ser destituído a qualquer tempo, desde que com a aprovação da sócia titular.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O a&ninistmdor não sócio, poderá renunciar de seu cargo e funções, a parúr do momülto em que este tomar ciência de qualquer ato incompatível com o decoro na condução da aúvidade empresaHal por parte da sócia titular, a partir da data do arquivamento e publicação.

PARÁGRAFO QUARTO: O administrador não sócio, deveá implementar, imediatamente, programa de integridade, como compromisso da Htular, com a finalidade de criar mecanismos de prevenção, detecção e tetnediação de fraudes, e desvios de condum. "

CLÁUSULA SEGUNDA: Conforme a mudança na administração da sociedade que set exercida por administrador não sócio, a sócia Htular resolve nomear como o 00o



B.

MARTIN

ADVOCACIA

passar a administfado:: não sócio por tempo indeterminado, CARLOS EDUARDO DE MELLO

DA SILVA, brasileiro, nascido em 20/05/1984, gerente, portador da carteira

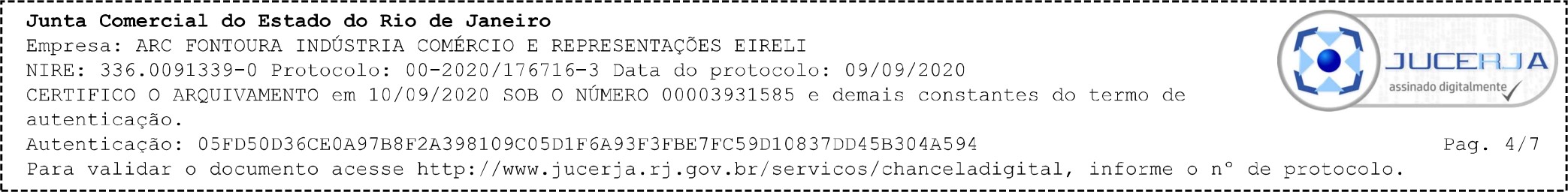
0 94690910206221252058-1



o

AKN53710-3C53;

|  |
| --- |
| ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI  CNPJ•. 16.599.555/0001-31 |

adminlsttador nào sócio por tempo indeterminado, CARLOS EDUARDO DE MELLO DA SILVA, bmsileiro, solteiro, nascido etn 20/05/1984, gerente, portador da carteira nacional de habilitação no 06102366206, expedida pelo DETRAN/RJ e no CPF sob o no 102.744.427-01, residente e domiciliado na Avenida GeretnÁno Dantas, 1137 bloco 3 Apto 506 Pechincha Rio de Janaro/RJ, CEP: 22760400, com poderes e atribuições de adminisüad0f, autorimdo o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades esfranhas ao interesse social ou em desacordo com programa de integridade ou assumir obHgações seja em favor da titular ou de terceiros, como onerar ou alienar bens Imóveis da sociedade, sem autoHzação da titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: Face as alterações acima introduzidas, fica o contrato social consolidado, passando a reger-se única e exclusivamente pelas cláusulas e condições seguintes:

# CONTRATO CONSOLIDADO

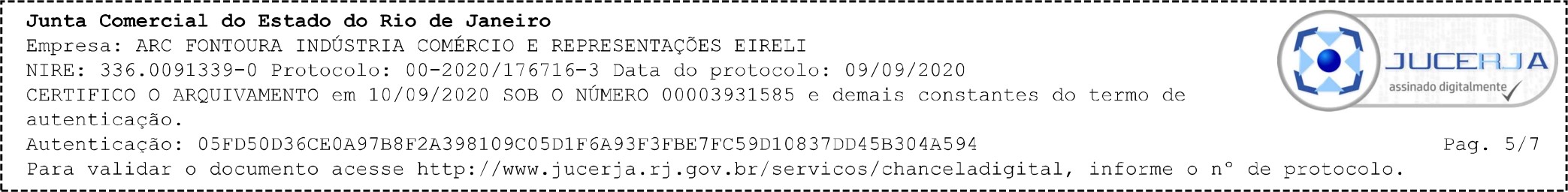
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE E FORO: A empresa girará sob o nome empresarial de ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI, com sede nesta cidade, na Rua Belizário Pena, 491 - Penha - rio de Janeiro/RJ, CEP: 210204)10, podendo abrir e fechar filiais sucutsa1S e escritóños em qualquer parte do Nacional, ficando eleitoo foro da cidade do Rio de Janeiro para questões atinentes ao presente contrato, com renúncia de qualquez outro, ainda que ptivil.do.

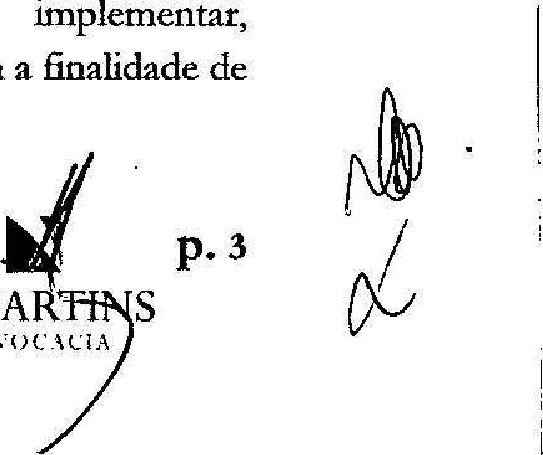
CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJEro SOCIAL: A EIRELI tem como objeto social da matriz: a) Atividade de e agerñmento de serviço e n%ócio; b) Comérc10 atacadista de medicamentos e drogas de uso; c) Comércio atacadism de produtos de higiene pessoal; d) Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria; e) Comércio atacadista de produtos odontológicos; f) Comércio atacadista de insu-umentos e materiais para uso médico cirúrgico, e de laboratórios; Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; h) Comércio de moveis e artigos de colchoaria; i) Fabricação de outros produtos alimenúcios não especificados antGormente; j) Comércio especiakzado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente; l) Tmñsporte rodoviário de carga, exceto produtos peHgosos e mudanças, interestadual e internacional; m) Comérc10 de produtos de lilnpeza e domiciliar, n) atacadista de produtos de higiene, limpeza e com atividade de fracionamento e acondicionamento associada; o) comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado; p) e exportação de medicamentos de drogas de uso humano, produtos de odontológicos, insfrumentos e materiais

## B. MAR IÑ

94690910206221252058-2

AKN53711.OQLE;

para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar, alimentício, fatmo-químicos, alopáücos; o obJeto social da filial: a) Atividade de intermediação e agenaamento de serviço e negócio;



ADVOCACIA

b) Tmnspotte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e intemacional.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO: A sodedade vigomm por prazo indeterminado (art. 997, 11, do CC).

CLÁUSULA QUARTA: DO CAPITAL SOCIAL E DA RESPONSABILIDADE DA TITULAR: O Capital Social será de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), distribuído em 200.000 (duzentas mil) quotas, indivisíveis, no valor nominal de R$IO,OO (dez reais) cada, totalmente integralizadas e realizadas em moeda corrente do país neste ato. (artse 997, 111, e 1.055 do CC.)

PARÁGRAFO PRmEIRO — A responsabilidade da ntulat é restrita ao valor de suas quotas, mas responde pela integmlização do capital social (art. 1.052 do CC).

PARÁGRAFO SEGUNDO — A titular não responde subsidiariamente pelas obrigações sociais, conforrne permite o art. 1.054 combinado com o art. 997 todos do CC.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A útul.ar declara que não possui nenhuma oufra empresa dessa modalidade regisÚada.

CLÁUSULA QUmTA: A administração da sociedade serí exercida por administrador não sócio, especialmente contratado, nos temos do art 1.012 Código Civil, ao qual compete represenú-la aúva e passivamente em juízo ou fora dele, diri.g-t os negÓcios sociais, podendo, abrir contas bancánas e gerir, assinar contratos, cheques, e quaisquer documentos de valor, praácar qualquer ato que obrigue a Sociedade, bem como consdtuir em nome da mesma, procurador ou procuradores para o exercício de atividades de gestão ou para fins específicos, confratar advogados, inclusive com a cláusula ad-judicia.

PARAGRAFO PRIMEIRO: O administrador não sócio será designado pelo voto da titular, por prazo Indeterminado.

PARAGRAFO SEGUNDO: O administrador não sócio, poderá ser destituído a qualquer tempo, desde que com a aprovação da sóüa titular.

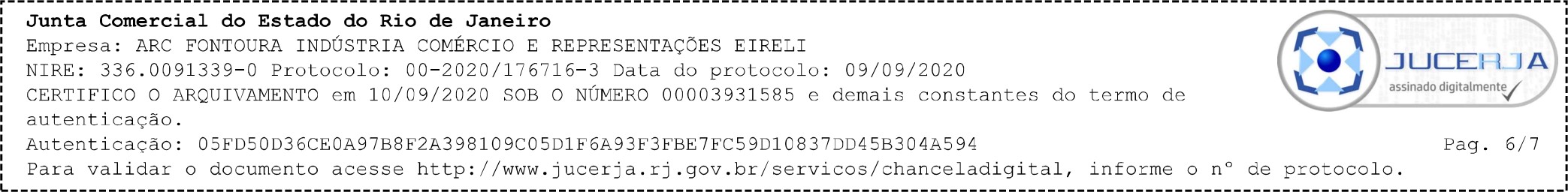
PARÁGRAFO TERCEIRO: O adminisündor não sócio, poderá renunciar de seu cargo e funções, a partir do momento em que este tomar (iênGa de qualquer ato incompatível com o decoro na condução da alividade emptesarial por parte da sócia a partir da data do arquivamento e publicação.

PARÁGRAFO QUARTO: O adminisffadot não sócio, deverá Implementar, Imediatamente, programa de como compromisso da titular, com a

## B. MA

94690910206221252058-3

AKN53712.XXZ8;



|  |
| --- |
| Gar mecamsmos de prevenção, detecção e remediação de fraudes, irregularidades e desvios de conduta.    CLÁUSULA  DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DO      TITULAR: O    não sócio CARLOS EDUARDO DE MELLO SILVA declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administmção da empresa    por Ici especial ou em virtude de condenação criminal, nem condenados a pena que vede, ainda que temporanamente, o acesso a cargos públicos, por cñne Álimcntnr, de prevarica#o, peita, subomo, concussão ou peculato, contra administração pública, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contm normas de defesa da   ou contm as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade (art. 1.011, SI O, do CC).  CLÁUSULA SÉTIMA: DA REr1RADA PRO-LABORE O  poderá  fazer retirada mensal ou não, a título de pró-labon, que sczá fixada em comum acordo,    respeitada  a situação financeim da empresa e a I%islação vigeite do imposto de renda.  CLÁUSULA    OITAVA: DO  SOCIAL: O exercício social coincidirá com o ano civil, procedendo à elaboração do inventário, do balanço pat:rimonial c do balanço de resultado econômico, no último dia útil do ano, cujos resultados serão distmauídos ou suportados pela Titular, podendo ainda, tais resultados ser transferidos para a conta de reservas ou prejuízos, conforme o caso, pam o exercício seguinte (art 1.065 do CC).  PARÁGRAFO ÚNICO: A titular deliberará  sobre o balanço patrimonial e sobre as contas, nos quatro meses segumtes ao térrnino  do    exercício social.  CLÁUSULA NONA: DO FALECIMENTO DE SÓCIO: Falecendo a titular, a  sociedade   continuara suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de  seus haveres será apurado c liquidado com base  na situação patrimonial da sociedade, a dam da resolução, velificada cm balanço      especialmente levantado.      CLÁUSULA DÉCRMA: DA DISSOLUÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO: No caso de liquidação, dissolução ou falência s" levantado, na data do evento, balanço patrimonial  especml, pata apuração dos haveres da titular.  PARÁGRAFO ÚNICO: O pagamento dos  apurados no balanço patrimonial    espccial, até a data do evento, sem feito em  moeda conente, em dez (10) prestações      mensais c sucessivas, vencendo-se a primeira parcela üinta (30) dias após a data do levantamento do balanço patrimonial espeüal (art 1•.031, do CC).  CLÁUSULA DÉCIMA DOS CASOS massos E DO FORO; os  casos omissos e as dúvidas que na vigência do prsalte contrato serão dilimidos na forma da legislação aplicávcl e, segundo as disposições contidas na Ini 10,406, de 10/01 / 2002, ficando e.lúo pelas partes o foro da Cidade do Rio de |

946909102062212520584

### AKN53713.XJ5P;

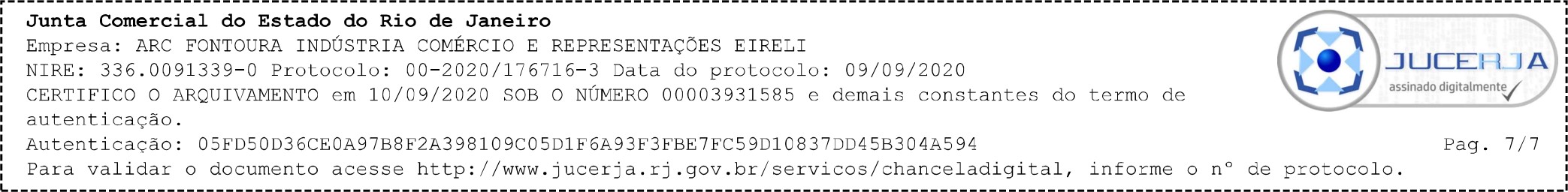
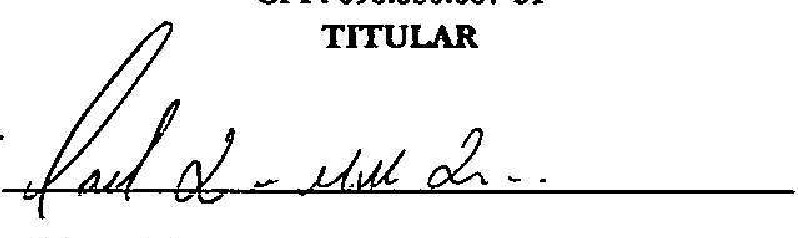
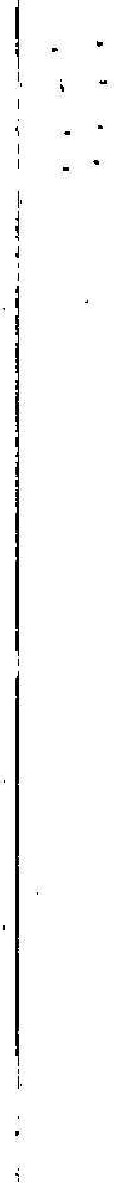


00

o o





Janeiro, pam que nele sejam dirimidas quaisquer dúvidas e dive\*ndns atinentes ao presente insüumento, na vigência da sociedade.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2020.

# CINTHYA SILVA NEUMANN

## CPE 0%.550.067-51

### CARLOS EDUARDO DE MELLO SILVA

CPP: 102744,47-01

#### ADMINISTRADOR NÃO SÓCIO NOMEADO

 0 94690910206221252058-5

o

AKN53714-3LHO;

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

### ESTADO DA PARAÍBA CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS FUNDADO EM 1888 PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484 http://www.azevedobastos.not.br

E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital l ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes3 .

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei N O 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-XIX2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 09/10/2020 16:45:39 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1 0 , 100 e seus SS 1 0 e 20 da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o Código de Autenticação Digital..

Esta Declaração é valida por tempo indeterminado e está disponível para consulta em nosso site.

Código de Autenticação Digital: 94690910206221252058-1 a 94690910206221252058-5

2 Legislações Vigentes: Lei Federal no 8.935/94, Lei Federal no 10.406/2002, Medida Provisória n o 2200/2001, Lei Federal no 13.105/2015, Lei Estadual no 8.721/2008, Lei Estadual no 10.132/2013 e Provimento CGJ N O 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

### CHAVE DIGITAL

00005b 1 d734fd94f057f2d69fe6bc05b365e9f1 d5390c2fb6f61 acb5ff3b98d83cda 107468055f51 cafe7e17a3839cb93bc949ec0637f81782b40c1788b4add 182d 3149fc1f8d2305e7c6d56a6c5689d



|  |  |
| --- | --- |
|  | Presidência da República casa Civil  Medida ProviSória NS 2.200-21 de 24 de agosto de 2001 |

# ICP

Brasil